Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Tribuna da Imprensa **Class.:** 266

Data: 22/02/91 **Pg.:**

Sentimento antiindígena absolve fazendeiro de crime

BARRA DA CORDA (MA) - O Tribunal do Juri popular de Barra do Corda (MA), município a 600 quilômetros de São Luís, absolveu ontem por unanimidade o fazendeiro e, comerciante José Maria Moreira Barros, acusado de assassinar há 11 anos dois índios Guajajaras, sexagenários e desarmados - com a cumplicidade de oficiais e soldados da Polícia Militar do Maranhão. A decisão do Conselho de Sentença foi aplaudida por mais de cem pessoas que lotavam a Câmara municipal de Barra do Corda, onde se realizou o julgamento.

Somente um pequeno grupo de índios recebeu com desagrado, mas em silêncio, o anúncio da decisão do juri. Um trio de freiras da Ordem das Irmãs Capuchinhas de Lubatto, representando a Igreja de Barra do Corda, assistiu ao julgamento e manifestou solidariedade ao réu. Uma delas, irmã Izabel, explicou por que: "os Guajajaras massacraram padres, freiras e noviças no nsso convento", disse, aludindo a um episódio ocorrido em 1901. Entre os moradores da cidade, a opinião quase unânime é de que o fazendeiro realmente assassinou os índios, mas "por justa razão". Na véspera do duplo homicídio, um irmão de José Maria Barros tinha sido morto e outros parentes, feridos, durante uma briga com um grupo de Guajajaras. Os dois índios assassinados não haviam participado do conflito.

Segundo os autores do processo, os Guajajaras estavam em poder de um pelotão da Polícia Militar quando foram abatidos pelo fazendeiro. Os policiais, em vez de prende-ço, teriam ajudado a lançar os cadáveres no Rio Mearim, depois de desentranálos para evitar que boiassem. Um dos corpos desapareceu e o outro foi resgatado pelo sertanista Porfírio Carvalho, da Funai. Carvalho, hoje funcionário da Eletronorte, é o homem mais odiado de Barra do Corda. A Câmara Municipal declarou-o "indejesável".

A absolvição do fazendeiro, previsível em qualquer circunstância, foi facilitada por erros e omissão da Funai e da promotoria pública Nenhuma testemunha da acusaçãoi foi arrolada (havia sete testemunhas da defesa) e a Funai só se habilitou no processo uma semana antes do julgamento, embora o crime tenha ocorrido no dia 26 demarço de 1980. O advogado da defesa defendeu com exito a tese de "não autoria do crime", mas dedicou-se também a provar que os Guajajaras são "ladrões" e "violentos". O defensor aludiu várias vezes ao "massacre de 1901".

Sermões envenenam relações

A presença de três irmãos de caridade no julgamento de Barra do Corda pode parecer surpreendente, mas é admitida como "natural" pela maioria da população da cidade, dominada por forte e antigo sentimento anti-indígena. Graças em boa parte às atividades da Igreja, ali ninguém esquece que os Guajajaras mataram quase 200 brancos - inclusive padres, freiras e noviças - durante um ataque à sede da misão religiosa estabelecida por Capuchinhos da Lombardia (Itália), no coração do território indígena.

O massacre comandado pelo cacique Cabore, um homem maldito nos sermões de Barra do Corda, ocorreu no dia 3 de março de 1901, mas até hoje enveneza as relações entre brancos e índios na região. Segundo o antropólogo Mércio Gomes, a causa do episódio foi o rapto constante de crianças índias, promovido pelo Capuchinhos, e as torturas impostas ao cacique Cabore depois que ele abandonou sua mulher batizada por uma "pagã". Nos anos seguintes, mais de dois mil índios pareceram em expedições punitivas, mas disso somente os Guajajaras se recordam. Os capuchinhos retornaram restabelecidos a missão na década de 50, porém acabaram novamente tangidos em 1980, dessa vez pela Funai.

Os sete mil índios de Barra do Corda, dos quais cerca de 1200 não são Guajajaras, compartilham o estigma do massacre. Em 1978 foi a julgamento na cidade o pistoleiro José Veríssimo. Comandante da chacina de pelo menos seis índios do grupo Kanela. Impulsionados por um movimento messiânico que profetizava o breve retorno do herói mitológico Auke, os Kanela tentavam recuperar pela força as terras perdidas. Até o promotor do processo pediu a absolvição do réu,, sob os aplausos da assistência. A sentença foi posterior anulada mas Veríssimo morreu antes de ser submetido a novo juri. Nenhum dos mandantes da chacinha foi processado.